



MULTICULTURALISMO E INTERCULTURALIDADE: UMA REALIDADE E UMA
PERSPECTIVA EDUCACIONAL?

¹Marcilene da Silva Nascimento Cavalcante, ²Lesly Diana Pimentel Yong.
Instituto de Natureza e Cultura- INC/Universidade Federal do Amazonas- UFAM/Câmpus Benjamin Constant.

RESUMEN

*¿Multiculturalismo e interculturalidad: una realidad y una perspectiva
educacional?*

Las escuelas públicas de los municipios de Atalaia do Norte, Benjamin Constant y Tabatinga, en el Amazonas, región norte del Brasil, trabajan con clases formadas por estudiantes brasileños (de diferentes regiones del país), indígenas (de diferentes etnias: Kocama, Tikuna, Matsés), peruanos (de diversas regiones del Perú) y en algunos casos, alumnos colombianos, del municipio de Leticia, principalmente. Ante esa diversidad de culturas y lenguas, es interesante discutir la cuestión del multiculturalismo como una realidad con la que nos enfrentamos a cada día y aun la perspectiva de la interculturalidad como una propuesta educacional. Para esa discusión se hará una breve exposición sobre los temas y urdiremos consideraciones sobre las experiencias vivenciadas en el Programa Escuelas Interculturales de Frontera (PEIF) desarrollado en los tres municipios ya mencionados. Los resultados obtenidos a través de los seminarios y encuentros pedagógicos mostraron que la diversidad de lenguas y de culturas no ha sido trabajada de forma favorable al reconocimiento y a la valorización de las diferencias como una riqueza, lo que es propuesto por el abordaje intercultural.

Recebido em:
14.07.2016

Avaliado em:
13.10.2016

Aceito em:
21.02.2018

Palabras clave: Programa Escuelas Interculturales de Frontera; diversidad; lenguas; culturas.

RESUMO

As escolas públicas dos municípios de Atalaia do Norte, Benjamin Constant e Tabatinga, no Amazonas, região Norte do Brasil, trabalham com classes formadas por alunos brasileiros (de diferentes regiões do país), indígenas (de diferentes etnias: Kokama, Tikuna, Matsés), peruanos (de diversas regiões do Peru), e, em alguns casos, alunos colombianos, do município de Leticia, principalmente. Diante dessa diversidade de culturas e línguas, é interessante discutirmos a questão do multiculturalismo como uma realidade com a qual nos defrontamos a cada dia e ainda a perspectiva da interculturalidade como uma proposta educacional. Para essa discussão far-se-á uma breve exposição sobre os temas e teceremos considerações sobre as experiências vivenciadas no Programa Escolas Interculturais de Fronteira (PEIF) desenvolvido nos três municípios já citados. Os resultados obtidos através dos seminários e encontros pedagógicos mostraram que a diversidade de línguas e de culturas não tem sido trabalhada de forma favorável ao reconhecimento e à valorização das diferenças como uma riqueza, o que é proposto pela abordagem intercultural.

Palavras-chave: Programa Escolas Interculturais de Fronteira; diversidade; línguas; culturas.

Contato com autor(a)

Email: marciletrasbc@hotmail.com, leslydiana@ufam.edu.br

INTRODUÇÃO

Quando se fala de culturas é importante entender que há uma diversidade de conceitos, dependendo da área de estudo. A Antropologia Linguística define a cultura como algo que se aprende, que se transmite, que pode ser passado de uma geração para outra através das ações humanas, quase sempre em forma de interação mediante a comunicação linguística. Para que a comunicação ocorra utiliza-se uma determinada língua, e entende-se a língua como elemento cultural. Ou seja, essa concepção trabalha com a ideia de que língua e sociedade estão intimamente ligadas, já que fazem parte do mesmo processo cultural. Assim, acredita-se que, da mesma forma que a sociedade compreende todo tipo de pessoa, diferentes entre si, com suas particularidades e singularidades, a língua varia constantemente e, portanto, é mais que heterogênea, é mutável.

Além disso, é por meio da língua que se expressam desejos, ideias, ambições; que se compreende o funcionamento social, o comportamento dos indivíduos, sua organização, valores e preferências. Sendo assim, pode-se dizer que o multiculturalismo é uma realidade no nosso país, e que a escola é um lugar de indivíduos de diferentes lugares e realidades, portanto, é um espaço multicultural e plurilinguístico. Porém, essa diversidade de línguas e culturas, na maioria das vezes, gera conflitos devido ao impacto de valores linguísticos e concepções equivocadas construídas pelos sujeitos que não têm uma visão educativa e social sobre a diversidade.

O presente trabalho tem como objetivo geral discutir a questão do multiculturalismo como uma realidade com a qual nos defrontamos a cada dia e, ainda, a perspectiva da interculturalidade como uma proposta educacional.

A primeira parte desse artigo apresenta sucintamente os conceitos de multiculturalismo e interculturalidade. Em seguida vem a metodologia adotada para produção desse artigo. Os resultados são apresentados em forma de breves relatos de experiências vivenciadas no Programa Escolas Interculturais de Fronteira (PEIF) desenvolvido nos municípios de Atalaia do Norte, Benjamin Constant e Tabatinga. Por fim, são apresentadas as considerações finais construídas a partir das falas dos cursistas do PEIF em uma das oficinas realizadas no acompanhamento pedagógico.

Multiculturalismo e Interculturalidade

Cultura é um termo muito complexo, controverso, polêmico e dependendo da área de conhecimento apresenta conceitos distintos. De acordo com Duranti (2000, p. 29) há diferentes teorias de cultura. Resumidamente, relacionamos duas teorias para subsidiar essa discussão: i) A cultura como algo distinto da natureza, ou seja, a cultura é algo que se aprende, que se transmite, que pode ser passado de uma geração para outra através das ações humanas, quase sempre em forma de interação mediante a comunicação linguística; ii) A cultura como um sistema de práticas. Bourdieu (*apud* DURANTI, 2000, p. 32) introduziu o conceito de *habitus*, um corpo de

disposições com dimensões históricas por meio das quais os principiantes adquirem competência. Um ponto importante da teoria de Bourdieu encontra-se na afirmativa de que não se pode estudar uma língua sem considerar as condições sociais que permitem a sua existência. Além disso, declara Bourdieu (*apud* DURANTI, 2000, p. 32) que os processos da formação do Estado criam as condições para um mercado linguístico unificado, onde uma variedade linguística adquire o estatuto de língua padrão. Assim de acordo com essas teorias a língua é considerada produto e instrumento da cultura.

Se a língua é produto da cultura, pode-se dizer que uma língua varia consideravelmente de um falante para outro e de uma situação para outra. Isto significa dizer que é necessário ser consciente da diversidade cultural e linguística. A diversidade cultural dentro de determinado grupo social pode ser favorável ou não, vai depender das ações que serão desencadeadas a partir do (não) reconhecimento e (não) aceitação dos membros pertencentes ao grupo. Ribeiro (2006, p. 26) referindo-se ao período da colonização do Brasil, declara que a introdução dos europeus no mundo dos indígenas, foi superagressiva, e agindo destrutivamente de múltiplas formas debilitaram e dizimaram muitos povos. Mais tarde, com o insucesso da escravização dos indígenas, os africanos são trazidos para o Brasil para serem mão de obra escravizada. Além desses povos, vieram ao longo do tempo, os holandeses,

franceses, japoneses, entre outros. Dessa convivência entre povos e culturas, surgiu o Brasil.

Hoje, mais de quinhentos anos depois, essa diversidade de culturas, não pode ser tratada como o fizeram os europeus. A escola não pode ser monocultural. A escola não pode impor sua cultura, de forma a desconsiderar as “diversas culturas” existentes no contexto social e trazidas para a sala de aula por cada estudante, professor, pai e servidor. É necessário reconhecer essa diversidade.

O reconhecimento e valorização da diversidade cultural denominou-se “multiculturalismo”. Existem diversos modos de pensar o multiculturalismo, acatou-se a abordagem de Forquin (*apud* CANDAU, 2003, p. 18) que afirma: “o multiculturalismo é, de um lado, um dado da realidade – vivemos em sociedades multiculturais. Por outro lado, supõe uma tomada de posição diante dessa realidade, do ponto de vista teórico e das práticas sociais e educativas”. Do ponto de vista pedagógico é necessário ir além do reconhecimento dos diferentes grupos sociais que compõem a diversidade cultural, é preciso valorizar e conjugar os diferentes para uma construção coletiva de saberes respeitando as distintas particularidades. Surge, assim, a interculturalidade.

O termo “interculturalidade” primeiramente surgiu nos Estados Unidos no período entre as duas guerras mundiais. Com o tempo passou a ser utilizado com mais amplitude referindo-se a fenômenos identificados nas mais

diversas áreas. No ensino de línguas, ele passou a ser associado como competência ao método comunicativo, incrementando as reflexões que já vinham sendo feitas a respeito de língua e cultura.

Referindo-se ao termo “interculturalidade” Candau (2006, p. 19) assinala que “a interculturalidade tenta promover relações dialógicas e igualitárias entre pessoas e grupos que pertencem a universos culturais diferentes, trabalhando os conflitos inerentes a esta realidade”.

O contexto sociocultural da Amazônia evidencia a existência de diversas culturas de diferentes povos que vivem e convivem a partir de relações econômicas, políticas, sociais, educativas e culturais. Nesse contexto tão heterogêneo surge a preocupação por parte de alguns professores ligados às instituições educacionais da região relacionada com uma proposta curricular que atenda à realidade dos alunos. Essa proposta se apresenta através da educação intercultural que respeita e integra diferentes formas de pensamento das populações que habitam a Amazônia.

A Amazônia é reconhecidamente um espaço multicultural, porém o reconhecimento da presença de diferentes grupos culturais numa sociedade não significa sua valorização. Nesse sentido, a interculturalidade orienta processos que têm por base o reconhecimento do direito a diversidade, ou seja, coloca-se contra todas as formas de discriminação, promove relações dialógicas e igualitárias.

“A perspectiva da educação intercultural apresenta uma grande complexidade e nos convida a repensar diferentes aspectos e componentes da cultura escolar e da cultura da escola e o sistema de ensino como um todo”, afirma Candau (2007, p. 59). Ou seja, a educação intercultural como um processo educativo não pode ser reduzida a algumas situações ou atividades pedagógicas como folclore, projetos culturais, porém vai muito, além disso.

A educação intercultural deve ser vista como uma prática social relacionada intimamente com as diferentes dinâmicas da comunidade escolar: “A pedagogia intercultural é tanto escolar como social. A sociedade e a escola têm de unir suas ações no processo de educação intercultural”, declaram Merino e Muñoz (*apud* CANDAU, 2007 p. 58). Deste modo, o processo educativo se desenvolve em contextos formais e informais, não somente na escola, pois a educação é “para a vida”.

Por ser uma proposta que perpassa o currículo escolar e que ainda é desconhecida por muitos educadores, é importante divulgar essa visão e os projetos desenvolvidos e bem-sucedidos para superar o etnocentrismo presente nas escolas e que provoca discriminação e preconceitos.

Considerando que a língua é produto da cultura, é relevante refletir sobre o multilinguismo e bilinguismo presentes no contexto das escolas de fronteiras.

Segundo Crystal (2000, p. 178) multilinguismo é um “termo usado na sociolinguística para indicar, primeiro, uma

comunidade de fala que faz uso de duas ou mais línguas, segundo, indivíduos que têm a capacidade de falar muitas línguas”. De acordo com Ilari e Basso (2009, p. 38) o multilinguismo acontece quando uma língua passa a interagir com uma ou mais línguas diferentes e os sujeitos passam a fazer uso destas línguas, seja por um falante individual ou por uma comunidade.

Neste mesmo sentido, Bortoni-Ricardo (2008, p. 55) explica que em quase todos os países do mundo falam-se duas ou mais línguas e há alguns onde são faladas centenas, como é caso da Índia, com mais de 200 línguas, e da Tanzânia com mais de 135 línguas. Parece claro, então, que a história de que cada país tem apenas uma língua é mito, ou seja, a maioria dos países, como o Brasil, não é um país monolíngue e sim, bilíngue ou multilíngue.

Falar somente uma língua, tipicamente a língua que se adquire como primeira língua ou “língua materna”, geralmente a língua falada em casa, pela família, é chamado de *monolingüismo*. *Bilingüismo* é o termo usado para a situação em que o indivíduo fala uma ou mais línguas. Geralmente a língua materna do falante, ou sua primeira língua, é uma das duas línguas que o faz bilíngue. *Bilingüismo* é o termo usado como guarda-chuva também para multilinguismo, ou seja, para a situação em que o indivíduo fala mais de duas línguas. Alguns pesquisadores usam o termo plurilinguismo para se referir a esta situação (SALGADO, 2009, p. 142).

Para melhor compreensão da citação acima é necessário esclarecer que a língua é um fato social que na maioria das vezes determina a identidade do indivíduo e a sua nacionalidade. A primeira língua (L1) de um indivíduo é conhecida por língua materna e a segunda língua (L2) é a língua adquirida depois da primeira pelo mesmo indivíduo, o que, resumidamente, o torna bilíngue ou multilíngue.

A partir de uma visão restrita “entende-se por bilíngue uma pessoa que fala duas línguas ou que estuda uma segunda língua”, como afirma Crystal (2000, p. 39). Mas, por outro lado, bilíngue não é somente o indivíduo que domina duas línguas, pois seguindo este pensamento estariam excluindo a grande maioria das pessoas. O autor citado chega a definir bilinguismo como fenômeno relativo numa condição particular, identificada pelo contexto e aquisição das duas línguas, bem como a sua manutenção e abandono.

Em outros termos, bilíngue não se define a partir de uma pessoa que fale duas línguas corretamente, que tem um alto nível de compreensão oral, de leitura e escrita nas duas línguas. Antes de identificar o indivíduo bilíngue é preciso levar em conta o contexto em que se manifesta este bilinguismo e quais os aspectos importantes daquele conjunto de situações que devem ser levados em conta para identificar um indivíduo como bilíngue.

É importante enfatizar que vários fatores, como, por exemplo, a migração de vários países para o Brasil, contribuíram para a conformação

das variedades linguísticas do português brasileiro responsáveis, assim, pela pluralidade de línguas e culturas, esta realidade multilinguística e multicultural que vem enriquecendo o Brasil em todos os aspectos socioculturais.

Promover um processo educativo, considerando esse cenário multilíngue, certamente é um grande desafio. “Obviamente surgem problemas ao se tentar processar as múltiplas influências, mas, ao fazê-lo de modo mais consciente, talvez se facilite um processo que de toda maneira se inicia no interior da pessoa sem que ela tome plena consciência dele” (ZUÑIGA CASTILLO *apud* CANDAU, 2007, p. 55).

É preciso ter ousadia para conhecer novas possibilidades e promover mudanças, pois conforme declara Perrenoud (*apud* ANDRÉ, 1999, p. 21) “Seria absurdo negar o peso dos fatores estruturais, mas é preciso vencer a imobilidade diante deles e relativizar o seu papel”. Em outras palavras, para implantar uma proposta intercultural é importante reconhecer que a própria cultura da escola pode servir de obstáculo para o êxito da proposta. Porém, pela própria realidade multicultural do país, é imprescindível estabelecer metas inovadoras que superem a inércia em que se encontram muitas escolas brasileiras.

Além de tudo isso, sabe-se que as Leis de Diretrizes e Bases da Educação, através dos Parâmetros Curriculares Nacionais, já dispõem sobre essa temática quando abordam a

importância do trabalho com a Pluralidade Cultural. Mas atualmente tem-se a Lei 11.645/08 que diz respeito à obrigatoriedade da inserção da temática “História e cultura afro-brasileira e indígena” em todos os níveis de ensino no país, evidenciando a necessidade da construção de currículos interculturais pelas escolas brasileiras.

METODOLOGIA

O presente artigo resulta da vontade dos professores formadores de socializar a experiência vivenciada através do PEIF com o maior número possível de educadores. Para alcançar esse fim, foi necessário escolher certos procedimentos característicos do fazer científico. Assim, o primeiro passo foi selecionar algumas leituras de autores que tratam do tema e já abordado essa questão do seu ponto de vista. Entre esses autores selecionados, destaca-se aqui, André (1999) que aborda a questão das diferenças dentro da sala de aula, fazendo-nos entender que as diferenças devem ser vistas como oportunidades e não como obstáculos ao ensino; e Candau (2007) por sua vez, escreve sobre o ensino escolar sob a perspectiva intercultural e nos conduz ao entendimento de que a interculturalidade é uma filosofia e não apenas uma proposta didática.

Ressalta-se que os textos trabalhados no Programa também foram lidos e contribuíram de forma significativa na compreensão da proposta intercultural. Pode-se dizer que a pesquisa de campo realizou-se nos encontros pedagógicos e nas oficinas, pois foram nesses momentos que se coletaram os dados aqui apresentados. Essa coleta

se deu de forma espontânea e desestruturada, sem a utilização de instrumentos tradicionais da pesquisa. Entretanto, isso não desqualifica o trabalho feito, pois os dados resultam da interação dos professores formadores e cursistas e das observações das ações desenvolvidas pelos cursistas nas escolas.

Por fim, acrescenta-se que quanto à análise dos dados, fez-se a abordagem dedutiva, pautando-se na interpretação qualitativa dos fatos ocorridos, caracterizando assim, um texto em forma de relato de experiência, com uma abordagem teórica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Programa escolas interculturais de fronteira - PEIF: algumas reflexões

O PEIF foi desenvolvido na região do Alto Solimões em três municípios específicos: Atalaia do Norte, Benjamin Constant e Tabatinga, nos anos de 2014 e 2015. Durante esse período participamos como formadoras da equipe da Universidade Federal do Amazonas. O formador desempenha um papel muito importante no processo de formação continuada dos cursistas, porque ele é que, após o período de formação dos professores, realiza o acompanhamento pedagógico nas escolas.

Estivemos presentes na maioria dos encontros realizados e foi perceptível que os cursistas tinham muito interesse pela proposta do Programa, apesar de todas as dificuldades enfrentadas, desde o deslocamento dos seus municípios para a sede da UFAM em Benjamin Constant, até questões de ordem administrativas

em suas respectivas escolas, além dos compromissos com a docência em sala de aula, que, por vezes, acarretavam dificuldades para acompanhar as atividades do Programa.

Contudo, o esforço dos cursistas foi notável em muitos momentos. A leitura do material de apoio à formação foi muito pertinente para a compreensão da proposta apresentada. Foram textos bem selecionados e que esclareciam as dúvidas em muitos aspectos. Um dos mais interessantes abordava o processo de aplicação da Lei 11.645/08 nas escolas públicas da Amazônia, escrito pela professora Josélia Gomes Neves, da Universidade Federal de Rondônia.

Foram desenvolvidos três eixos temáticos como subsídios para a formação dos cursistas. O primeiro eixo estava voltado para a diversidade de línguas e das variações linguísticas presentes na escola. Como exercício prático foi solicitado que os cursistas fizessem em suas escolas um diagnóstico sociolinguístico. O objetivo da pesquisa em forma de diagnóstico foi identificar a existência das línguas faladas pelos estudantes e servidores em geral e, através desse reconhecimento, promover a valorização dessas línguas/culturas no âmbito escolar. O resultado foi apresentado no encontro realizado no mês de setembro. Cada equipe apresentou os resultados em seus municípios. Foi muito interessante reconhecer a presença de diversas línguas indígenas, bem como o espanhol e suas variações, além do português e suas variações que apontaram diversos fatores, inclusive, sociais.

O segundo eixo fez uma abordagem teórica sobre os conceitos de interculturalidade e sua abordagem educacional. O tema foi desenvolvido a partir de leituras de textos específicos e palestras. A tarefa executada pelos cursistas consistiu em conceituar “interculturalidade” e propor algumas atividades didáticas com abordagem intercultural. Das exposições feitas foi possível deduzir que houve um entendimento pleno do conceito de interculturalidade por parte da maioria dos cursistas. Entretanto, foi possível notar a dificuldade quanto ao planejamento de atividades escolares conforme a perspectiva intercultural. Contudo, no terceiro eixo foi trabalhada com maior clareza essa proposta.

O terceiro eixo foi mais prático, pois estava voltado para a elaboração de Projetos de Aprendizagem e Sequências Didáticas segundo uma abordagem intercultural. Esse momento exigiu muita dedicação dos participantes e foi aí que as dúvidas efervesceram. Foram realizadas algumas oficinas nos três municípios com a assessoria pedagógica. Após as visitas realizadas para acompanhamento dos planos sequenciais.

As atividades desenvolvidas nas escolas demonstraram a necessidade de mais capacitação/formação, principalmente no caso de cursistas que ingressaram no Programa após o período de formação. Pode-se observar em alguns casos, certa resistência à proposta e algumas dificuldades na aplicação em sala de aula. Mas,

nada que, com persistência e boa vontade, não seja resolvido.

Infelizmente, devido ao não acordo com os países fronteiriços, Peru e Colômbia, não se chegou a fase do “*cruce*” uma das principais etapas do PEIF, e talvez a mais desejada pelos cursistas. Por isso, desejamos que o Programa Escolas Interculturais de Fronteira não sofra interrupção e continue nos próximos anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações aqui apresentadas foram construídas a partir das falas dos próprios cursistas em uma das oficinas realizadas no mês de setembro, em que demonstraram claramente a importância do PEIF na sua prática pedagógica e para a região do Alto Solimões.

A contribuição da interculturalidade para a prática pedagógica consistiu na promoção do conhecimento das culturas, ou melhor, dizendo, no seu reconhecimento, pois todos tinham ciência das diferentes culturas existentes na região. Esse reconhecimento, segundo os cursistas, possibilitou a compreensão de que as diferenças não são problemas, ou seja, que não podem ser vistas como problema, mas sim como riqueza que dinamiza a prática pedagógica, rompe com as práticas burocráticas e obsoletas estabelecidas nas escolas. Nesse sentido, houve mudanças nas concepções e percepções com relação ao “outro” e a si próprio.

Assim, é possível afirmar que o PEIF contribui para a melhoria da prática pessoal como professor, pois a partir da aplicação do Projeto de

Aprendizagem e sequências didáticas houve uma aproximação maior entre o professor e o aluno, através da realização do diagnóstico escolar que possibilitou o conhecimento de quem é o “outro” e, portanto, foi possível a construção do respeito ao diferente e a sua valorização, bem como, a preparação do aluno para viver em uma sociedade de fronteira.

Por fim, em uma região de fronteira como a região do Alto Solimões, as diferenças culturais são bem mais perceptíveis que em outros espaços, por isso a proposta de escola intercultural é muito importante e apropriada, porque traz no seu bojo a valorização e respeito à diversidade, minimizando, assim, práticas discriminatórias que muitas vezes ainda são reproduzidas e perpetuadas nas escolas.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, M. “A pedagogia das diferenças”. In: ANDRÉ, M. (Org.) **Pedagogia das diferenças na sala de aula**. 9 ed. Campinas, SP: Papirus, 1999, 152p.
- BORTONI-RICARDO, S. M. A diversidade linguística no Brasil e a escola. In.: Série Português: um nome, muitas línguas. Salto para o futuro. TV Escola. Ano XVII. Boletim 08. Maio 2008. Disponível em: www.portal.educacao.salvador.ba.gov.br/...escola/.../Portugues-um-nome-muitas-ling. Acesso em 12 de abril de 2012. 66p.
- BRASIL. Lei N° 11.645, de 10 Março de 2008. Presidência da República. Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Diário Oficial da União de 11.03.2003.
- CANDAU, V. M. “Interculturalidade e educação escolar”. In: CANDAU, V. M. (Org.) **Reinventar a escola**. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007, 259 p.
- CANDAU, V. M. (Org.). **Educação Intercultural e Cotidiana Escolar**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006. 255p.
- CRYSTAL, D. **Dicionário de linguística e fonética**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, 275p.
- DURANTI, A. **Antropologia Lingüística**. Trad. Pedro Tena. Madrid: Cambridge University Press, 2000, 513p.
- ILARI, R.; BASSO, R. **O português da gente: a língua que estudamos a língua que falamos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009. 272p.
- RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, 435p.
- SALGADO, A. C. P. Medidas de bilingüidade: uma proposta. In.: SALGADO, A. C. P.; BARRETTO, M. M. G. S. (Orgs.) **Sociolinguística no Brasil: uma contribuição dos estudos sobre línguas em/de contato**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009, 266p.